

Documento de sistematização Oficinas preparatórias para o 4º Congresso da Confederação Sindical dos Trabalhadores das Américas (CSA)

DOCUMENTO DE SISTEMATIZACIÓN

12 a 15 de abril de 2021



Com o apoio de

FRIEDRICH
EBERT
STIFTUNG

FES SINDICAL



Organización
Internacional
del Trabajo

Confederação Sindical de Trabalhadores das Américas - CSA

SECRETARIADO EXECUTIVO CSA

Fred Redmond - **Presidente**

Francisca Jiménez - **Vice-Presidente**

Toni Moore - **Vice-Presidente**

Rafael Freire Neto - **Secretário Geral**

Cícero Pereira da Silva - **Secretário de Educação e Formação Sindical**

Jordania Ureña Lora - **Secretária de Políticas Sociais**

Bárbara Figueroa - **Secretária de Desenvolvimento Sustentável**

Conteúdo e Escrita

Danilo Urrea

Revisão e Edição

Equipo CSA

Tradução

Daniel Angelim

Design gráfico e layout

Gervasio Della Ratta

Esta publicação foi realizada com apoio da Oficina de Atividades para os Trabalhadores (ACTRAV) e seu conteúdo é responsabilidade exclusiva do editor



OFICINA DE GÊNERO

12 de abril 2021

A perspectiva e a justiça de gênero: para onde vamos como movimento sindical?

Conforme apresentado na Resolução ao 4º Congresso, a Confederação “se prepara para enfrentar um período de alta complexidade política, social e econômica nas Américas, a partir da força e capacidade de mobilização e luta de seus filiados, com sua formulação política sindical apoiado na atualização da Plataforma de Desenvolvimento das Américas (PLADA) e fortalecida pelas deliberações e determinações de seu 4º Congresso”.¹

Portanto, é de suma importância abordar a perspectiva da justiça de gênero para formular um plano estratégico para o período, que responda aos desafios atuais do sindicalismo das Américas na disputa por um desenvolvimento sustentável, com justiça social e ambiental, em que a justiça de gênero também ocupa um lugar fundamental.

As crises que se manifestam de forma particular e inusitadas para as mulheres no atual período de múltiplas tensões e instabilidades que analisa a Resolução do 4º Congresso. A pandemia da COVID 19 – gerada pelo neoliberalismo – ataca as mulheres por meio da exploração de seus corpos e da sua força de trabalho. E as forças reacionárias aproveitam o momento de instabilidade para desferir ataques estruturais, como a discriminação e as ameaças produzidas pelas leis antiaborto vigentes em países como o Brasil, que favorecem a hegemonia das políticas neoliberais e conservadoras.

O momento atual é marcado pelo avanço de grupos da direita, grupos religiosos fundamentalistas, conservadores, militares, empresariais, governos que se uniram para



controlar desde os sistemas políticos até os corpos e o trabalho feminino. Nos últimos anos vimos golpes de estado acontecerem em diferentes países da América Latina, como os perpetrados na Bolívia, Brasil, Paraguai, Honduras e Haiti. Nos deparamos com a existência de uma nova ordem política e jurídica para atacar os direitos das pessoas e controlar os bens comuns a serviço do projeto neoliberal, e acabar com os processos de transformação que foram alcançados nos últimos anos.

Abordando integralmente a questão de gênero, o CSA traz análises, elaborações e aprendizados fundamentais que são retroalimentadas pelas lutas das mulheres e do movimento feminista nos últimos anos que, inquestionavelmente, se apresenta como um dos sujeitos políticos mais dinâmico.

1. Resolución Final 4º Congreso de la Confederación Sindical de Trabajadoras/es de las Américas (CSA).

2. Ibid.

“Suas demandas e palavras de ordem por direitos políticos, sexuais e reprodutivos, contra a violência, a cultura patriarcal e a desigualdade em todas as suas formas não somente se multiplicaram e replicaram em todos os estratos sociais e geracionais, como também de expandiram em nível regional e global, dinamizadas pelas redes sociais e pelo ciberativismo”².

A pandemia exacerbou os problemas estruturais para as mulheres, principalmente os relacionados a violência doméstica, com o aumento da informalidade e precariedade da mulher trabalhadora, assim como a multiplicação dos trabalhos do cuidado, que quase sempre são desenvolvidos pelas mulheres, ampliando a já pesada carga de trabalho e tirando a possibilidade de ocupar espaços políticos que foram conquistados pela sua luta histórica.

Como foi apresentado na oficina, a situação das mulheres tem piorado a partir de 2019. A CEPAL indica que houveram atrasos nas melhorias das condições de vida das mulheres, bem como em termos de melhorias nos direitos das mulheres no mundo do trabalho.

Em uma recente publicação da OIT sobre como as mulheres são deixadas para trás na busca por condições de trabalho decentes, observa-se que:

- 1.** A perda de emprego das mulheres é maior do que a dos homens. 64 milhões de mulheres ficaram sem trabalho.
- 2.** O trabalho do cuidado não remunerado constitui um obstáculo estrutural à participação laboral das mulheres em todos os níveis. Particularmente durante o confinamento houve um reforço no trabalho remoto das mulheres.
- 3.** As mulheres têm menos oportunidades do que os homens para conseguir um trabalho formal, por isto elas estão em sua maioria no setor informal e trabalham sem proteção social e sem mecanismos de proteção contra demissões.
- 4.** Uma porcentagem crescente de mulheres jovens interromperam seu ciclo educacional.
- 5.** A pandemia revelou a natureza fundamental dos serviços de saúde, que são prestados principalmente por mulheres. Elas trabalham em condições precárias com empregos mal remunerados, longas horas de trabalho e em condições de estresse estrutural.



São as mulheres que foram mais prejudicadas durante a crise global de saúde causada pela COVID 19 e a pandemia ameaça agravar a situação de desigualdade estrutural que elas são forçadas a enfrentar. A redução das horas de trabalho remunerado foi mais pronunciada para as mulheres do que para os homens, trabalham mais que os homens e ganham menos. As mulheres foram submetidas a condições de violência e assédio durante a pandemia, com um aumento de 80% nesses casos terríveis.

Assim, é necessário reiterar que a COVID 19 acentua as desigualdades estruturais que a região já apresentava. Uma em cada duas mulheres trabalha no setor informal. A informalidade no trabalho doméstico chega a 80% e até 90% mesmo com um acordo aprovado há 10 anos e ratificado em 14 países da região. A taxa de participação das mulheres no mercado de trabalho caiu entre 15 e 20 anos, nos cenários mais otimistas.

É fundamental mencionar as dificuldades de reconhecer o trabalho do cuidado como re-

munerado em um contexto em que a pandemia também afetou as condições de mobilidade necessárias para os empregos que as mulheres desempenham em contextos de desigualdade social e econômica.

A crise da sanitária não mostrou apenas as brechas existentes no mundo do trabalho. As referidas lacunas na realidade foram agravadas. Um exemplo foi o aumento dramático da violência doméstica, com um incremento de mais de 30%. Outra situação que também persiste e se amplia é a disparidade salarial, que, no melhor dos casos, é de 20% na comparação entre mulheres e homens.

A pandemia revelou os impactos que existem na vida das mulheres na divisão sexual do trabalho. A CSA vê que historicamente o trabalho se divide sexualmente entre trabalho produtivo (espaço público - assalariado - visível) realizado por homens e trabalho reprodutivo (espaço privado - não assalariado - invisível) realizado por mulheres.



Consequentemente, o trabalho doméstico não se torna visível e, portanto, não é reconhecido. Defendemos uma visão de uma sociedade cujo objetivo é a reprodução da vida e não a exploração do trabalho. Essa luta pela visibilidade do trabalho reprodutivo ou doméstico data do pós-guerra; Porém, depois da pandemia da COVID-19, as mulheres que de alguma forma haviam alcançado uma presença maior nos espaços públicos, assalariados e visíveis, estão prestes a perder esses espaços conquistados, pois são as mulheres que são e serão as primeiras a ocupar a frente linha (médicas, enfermeiras, trabalho de limpeza, etc.), mas também são as primeiras a deixar esses cargos remunerados ou se não deixarmos, teremos que ter vários empregos (trabalhadores, cuidadoras etc.)”³

3. Ibid.

Atualmente existe uma crise dos cuidados e isto termina justificando a violação dos direitos das mulheres e mesmo os direitos fundamentais da classe trabalhadora, com argumentos que apelam para a crise econômica decorrente da crise global da saúde. Testemunhamos um incremento muito forte da acumulação capitalista, com novas estratégias e tecnologias, mas é preciso destacar que antes da pandemia já havia um declínio acentuado dos direitos.

Não obstante das dificuldades do difícil panorama descrito até aqui, as mulheres seguem apelando a sua resistência e tenacidade para enfrentar as adversidades. No Brasil, por exemplo, estão se organizando e gerenciando recursos comuns para dar conta do cuidado de forma coletiva. As mulheres estão lutando por sua sobrevivência cotidiana, não somente com suas famílias, mas também com experiências organizativas coletivas. Isto é fundamental para manter algum grau de autonomia. São elas que tem que enfrentar as deficiências e carências dos serviços nos assentamentos populares e coordenado o trabalho nas cozinhas comunitárias, do abastecimento e do acesso da água.

Também no Brasil ficou evidenciado que 50% das mulheres passaram a cuidar de outra pessoa durante a pandemia, e esse número subiu para 62% com trabalho não remunerado. A economia delas se deteriorou profundamente e a sobrevivência se tornou mais complexa a cada dia. As mulheres enfrentaram sobrecarga de trabalho na pandemia não apenas em suas casa, mas também por que estavam] na linha de frente da luta contra a COVID 19.

O modelo de produção e consumo é pensado como se as pessoas não fossem adoecer e não tivessem que fazer outra coisa senão produzir para acumular. Este modelo omite o trabalho doméstico de cuidado exercido tradicionalmente pelas mulheres e, por sua vez, omite que é um trabalho que ajuda a

sustentar a sociedade capitalista, patriarcal e racista em detrimento da exploração do corpo e do trabalho feminino.

As mulheres negras vivem em situação pior e estão sendo super exploradas. Já estavam – em sua maioria – em trabalhos informais e com a crise nem estes tinham. Não conseguem dar conta da alimentação de seus filhos que, para além de tudo, não tem as escolas abertas. É muito difícil conseguir autonomia e lutar quando se tem fome. A crise do cuidado mostra a fragilidade do modelo social que não valoriza a natureza nem a sustentabilidade da vida humana. A crescente desigualdade, que não e somente social, provocou ainda mais violência contra crianças e mulheres e é um grande problema para a construção da autonomia, da igualdade, porque a violência é um mecanismo para colocar a mulher em um lugar de subordinação.

“ Na medida em que as atuais políticas de ajuste, redução de salários e gastos públicos muitos governos transferem para a população a responsabilidade pela crise. Este processo intensifica dramaticamente o trabalho das mulheres, tanto pelo aumento do trabalho remunerado precário quanto pelo trabalho reprodutivo não remunerado que garante condições de vida. Esta péssima situação é agravada por um contexto de privatização e desapropriação de direitos que dificultam o acesso aos serviços básicos de saúde, educação, água ou energia. Assim, no contextos de crise, o tempo das mulheres continua a ser utilizado como principal variável de ajuste”⁴

Como se depreende do que foi referido até aqui e em diálogo com os principais preceitos da CSA contidos na Resolução Final do 4º Congresso, junto com as intervenções das companheiras convidadas como painelistas da Oficina de Género, são um fio condutor para a construção da justiça de género e o trabalho do cuidado.

Uma experiência concreta nesta área é a desenvolvida no Uruguai com o governo da Frente Ampla, onde foi criado o Sistema Nacional de Atenção (SNC), do qual participaram o PIT-CNT e diversos órgãos governamentais. O SNC foi criado para ajudar as famílias de baixa renda a garantir os cuidados para crianças de 0 a 3 anos de idade e pessoas com mais de 65 anos com alguma deficiência física e/ou mental. Serve também para que os aposentados tenham acesso aos mesmos cuidados. Infelizmente, com o atual governo neoliberal no país, o SNC não avançou e não vemos nenhum

progresso substancial ou soluções tangíveis no que se refere aos desafios produzidos pela pandemia. Este exemplo mostra as dificuldades que ocorrem em relação ao cuidado em função do signo político dos governos e da visão reacionária e conservadora do modelo neoliberal.

A pobreza tem cara de mulher nesta pandemia. As diferenças que já existiam nesta sociedade machista e patriarcal tornaram-se mais agudas. Em todo o mundo são as mulheres que cuidam de crianças e adultos, enquanto fazem o teletrabalho. As mulheres se dedicam a cuidar da família e dos filhos porque as escolas estão fechadas. Tiveram que optar pela redução salarial com o teletrabalho, além de compartilhar o ambiente familiar e de trabalho.

4. Ibid.



É preciso reconhecer o trabalho do cuidado como um elemento do sistema de proteção social. Além de garantir forma equitativa o direito de cuidar e de ser cuidado.

Os investimentos públicos em infraestrutura, proteção social e serviços de assistência são essenciais para eliminar as disparidades de gênero no mercado de trabalho. Por isto, cumprindo também a Resolução 4 do IV Congresso da CSI (2018), a CSA se empenhará em apoiar as organizações afiliadas para melhorar a situação da mulher no trabalho, apelando para que os governos ampliem os investimento em serviços públicos de qualidade e no atendimento à criança, o idosos, pessoas com deficiência ou dependentes”⁵

Os elementos apontados até agora neste documento trazem os resultados da Oficina realizada em 12 de abril e mostram as profundas desigualdades que as mulheres enfrentam historicamente e que são agravadas pela crise sanitária global. Ao mesmo tempo, esta oficina apresentou os fundamentos adotados pela CSA para enfrentar esta problemática. As bases se dão a partir da reflexão e da análise para definir soluções, que ao fim e ao cabo, são retroalimentadas por organizações e movimentos sociais das Américas e de várias partes do mundo.

Também é relevante destacar o esforço que a Confederação faz para avançar rumo à igualdade de gênero, como afirma Rafael Freire “A vitória organiza, a derrota não. Temos vitórias na participação das mulheres na CSA e devemos levá-las às centrais para mostrar que isso é possível. Buscamos a coerência entre a teoria e a prática de nosso discurso. Como fazemos nas nossas centra? Como fazemos em nossas estruturas?”.

No entanto, também é relevante destacar o esforço que a Confederação faz para

avançar rumo à igualdade de gênero, como afirma Rafael Freire “A vitória se organiza, a derrota não. Temos vitórias na participação das mulheres na CSA e devemos levá-las às centrais para mostrar que isso é possível. Precisamos de coerência entre a teoria e a prática de nosso discurso. Como fazemos nas nossas fábricas, nas nossas base”⁶

A CSA considera que a igualdade de gênero é um grande desafio para os sindicatos e para as centrais filiadas. “Reverter as históricas desigualdades entre mulheres e homens, que se expressam particularmente no mundo do trabalho, exige também avançar para a paridade nas direções e na representação das organizações sindicais [...] Nos acordos celebrados nos congressos da CSA, fruto da Conferência de Mulheres de 2019 e do que foi aprovado na Conferência Continental de Auto Reforma, caminhamos rumo à paridade de gênero (50% mulheres) nas diferentes estruturas sindicais, em particular os de direção”.

5. Ibid.

6. Ibid.



Aspectos centrais das intervenções das/os participantes da oficina

As mulheres que fazem parte do movimento sindical enfatizaram a necessidade de uma abordagem mais forte da questão de gênero, levando em consideração que a pandemia tem exacerbado um problema que as mulheres vêm sofrendo ao longo da história. A questão da corresponsabilidade no ambiente familiar é central e deve ser abordada em uma perspectiva permanente e com busca da autonomia da mulher. O autocuidado, como condição necessária para cuidar do outro, deve ser tratado dentro da construção teórico-prática do movimento sindical.

O acesso à comunicação e a falta de conectividade também afeta as mulheres e suas possibilidades de trabalho decente, sendo necessário avaliar de forma diferenciada as possibilidades de comunicação, acesso a ferramentas, preparação para o teletrabalho, etc.

Infelizmente, a violência contra as mulheres na região, como já observado aqui, aumenta dramaticamente. Segundo o Banco Mundial (BM), a América Latina e o Caribe é a segunda região mais violenta do mundo, tendo em vista o tema das questões sexuais. Nos primeiros meses do isolamento, a violência contra as mulheres aumentou 223%. Na

Colômbia, a cada 25 minutos uma mulher é vítima de violência sexual. Ai perguntamos: para onde vamos como movimento sindical? Queremos permanecer na construção de ações para dismantelar a divisão sexual do trabalho e implementar campanhas contra a violência sexual.

No entanto, não é somente na América Latina e o Caribe que se acumulam casos de brutalidade contra as mulheres. Ocorrem casos muito semelhantes em outros países do mundo, como no Canadá, por exemplo onde se repetem casos numerosos de discriminação estrutural. Em Quebec, ocorreram 8 feminicídios em poucas semanas. Há um aumento da violência contra a mulher no contexto conjugal. Com a crise habitacional, os custos de vida altíssimos e salários baixos vinda da COVID, viver junto pode levar a situações de morte. Os homens também devem lutar contra a violência e as desigualdades, porque em muitos casos eles são os culpados ou cúmplices.

Destacamos também a grande importância da participação de homens na oficina

de gênero, uma vez que a discriminação, a desigualdade, a violência, etc., contra as mulheres não é um assunto que lhes diga respeito apenas a elas. O desmantelamento do patriarcado e a luta pela justiça de gênero implicam no compromisso dos homens dentro das organizações sindicais e também no âmbito familiar, essencialmente no que diz respeito à distribuição equitativa do trabalho de cuidado. É importante insistir na construção de planos nacionais de um Sistema de Atenção, a partir de uma abordagem interinstitucional.

Os participantes expressaram a relevância de trabalhar para o futuro em três aspectos substanciais. A saber:

- 1.** Promover no interior do movimento sindical mudanças de padrões verbais em relação às mulheres sindicalizadas. Valorização do trabalho feminino e sua participação no sindicalismo. Este é um grande desafio para homens e mulheres.
- 2.** Nos níveis institucionais nacional e regional, a construção de políticas públicas específicas para promover a justiça de gênero com dotação orçamentária para concretizá-las.
- 3.** Enfrentar como ações concretas a temática da violência de gênero e o feminicídio a partir de um diálogo construtivo entre movimentos sociais e entidades governamentais, definindo um marco institucional que garantirá o direito à vida das mulheres, com dignidade.



Recomendações e elementos de debate

Tal como foi apresentado na Resolução Final do 4º Congresso, e reiterado nesta sistematização através de secções dos postulados centrais da CSA sobre a questão do género, existe uma grande vontade política de trabalhar em conjunto para que as mulheres obtenham condições justas. Necessitamos viabilizar ferramentas políticas globais e regionais que permitam enfrentar as causas estruturais da violência de género e enfrentar o agravamento das brechas de género que a pandemia exacerbou, mas que também representam uma continuidade histórica da sociedade machista e patriarcal.

Uma abordagem da política de género é prioritário para o sindicalismo e a negociação política e o diálogo social efetivo são âmbitos por excelência para enfrentar as disparidades salariais entre os géneros e garantir a participação das mulheres nas áreas de representação política.

Dentre as recomendações e demandas apresentadas no workshop, destacam-se:

- ▶ A urgência em promover uma campanha de implementação das resoluções 190 e 206.
- ▶ O dever de garantir um equilíbrio entre a vida pessoal e profissional das mulheres, levando em consideração a carga de trabalho de cuidado que suportam, e trabalho árduo deve ser feito para proteger as mulheres do assédio no local de trabalho.
- ▶ A recuperação do emprego para as mulheres é necessária a partir da construção de um conjunto abrangente e coerente de medidas que sustentem a inserção das mulheres em empregos decentes.
- ▶ A necessidade de desencadear um processo de formalização para atender às necessidades das trabalhadoras domésticas e informais e atacar as restrições enfrentadas pelas mulheres para sua inserção laboral.
- ▶ É prioritário desenvolver um programa laboral voltados para as mulheres com a formulação de políticas trabalhistas com ênfase na produção para a recuperação das condições de trabalho.
- ▶ A nossa região enfrenta um grande atraso tecnológico. Temos um déficit importante de conectividade e in-

compatibilidades entre as qualificações exigidas e as possibilidades dos trabalhadores. O acesso às novas tecnologias e aos programas de formação digital deve ser garantido e o leque de empregos para as mulheres deve ser ampliado, levando em consideração os novos desafios da implementação digital.

▶ Recomendações políticas importantes sobre a promoção do trabalho decente em um cenário em mudança serão apresentadas na próxima conferência da OIT, a ser realizada virtualmente em junho. Reivindicamos o desenvolvimento de Políticas inclusivas com perspectiva de gênero para enfrentar a crise. Os países devem tornar a igualdade de oportunidades e tratamento entre homens e mulheres uma realidade, levando em consideração as Convenções 100 e 111 sobre aspectos de remuneração e salário.

▶ É necessário um projeto capaz de reconhecer as relações que sustentam o trabalho e reorganizar os processos. As redes são construídas a partir de concepções comunitárias e coletivas. Lá as pessoas já têm experiências e propostas alternativas para outro modelo que não seja de opressão e de progresso na autonomia. Também dos territórios outras formas de recompor e cuidar da vida a partir do horizonte de superação da dicotomia entre produção e reprodução que só interessa ao capitalismo. A sustentabilidade da vida, a autodeterminação de corpos e territórios, a autodeterminação dos povos afrodescendentes, mudando a forma de produzir e reproduzir a vida é fundamental.

▶ Devemos trabalhar juntos no interior do movimento sindical em aliança com outros movimentos sociais para conseguir sistemas de justiça que não fortaleçam a opressão, que não ataquem a diversidade sexual.

▶ Garantia e qualidade dos serviços públicos são necessários para a reprodução social. Os Estados devem fortalecer os valores da autogestão e da economia solidária para que as mulheres fortaleçam seus sistemas econômicos.

▶ É imperativo reduzir e enfrentar o poder das empresas transnacionais sobre os corpos e sobre as vidas, esse poder que impede a autonomia. É preciso enfrentar a financeirização da vida e fortalecer a economia real em harmonia com a natureza. A sustentabilidade da vida deve estar no centro da política e enfrentar o racismo.

▶ Para que as pessoas tenham autonomia é fundamental colocar o tema da sustentabilidade da vida no centro da política. É importante que o movimento sindical chegue às camadas mais pobres da população como, por exemplo, as trabalhadoras domésticas. Mais de um milhão de trabalhadoras domésticas ficaram desempregadas durante a pandemia.

▶ Uma questão fundamental para o sindicalismo é enfrentar a divisão sexual do trabalho. É importante que o movimento sindical com sua força ajude a frear toda criminalização e a enxergar esse projeto na sua totalidade, não separando os aspectos estruturais. Todos os problemas, a questão do trabalho doméstico, do aborto, etc., são problemas das mulheres e da clas-





se trabalhadora. São desafios para a classe trabalhadora como um todo. O enfrentamento dos problemas dos trabalhadores deve ser feito de forma conjunta.

▶ É importante olhar para o empoderamento das mulheres para a questão da corresponsabilização do trabalho familiar. É necessária a inclusão deste tipo de cláusula no âmbito da negociação coletiva. Cuidar não é tarefa exclusiva das mulheres, elas fazem parte de uma sociedade que precisa se cuidar, que têm famílias monoparentais com mulheres chefes de família, mas isso não significa que devam assumir todas as tarefas de cuidar.

▶ Um aspecto básico para as transformações é o processo de formação política que de relevância a ideia de que deve haver corresponsabilidade nos cuidados. Os homens têm capacidade para isso, mas não querem sair da zona de conforto. A bandeira do cuidado agora deve ser também carregada pelos homens. As mulheres cuidam e trabalham desde o nascimento. A bandeira do cuidado compartilhado deve ser carregada pelos homens mostrando ação concreta e não apenas um mero elemento discursivo.

▶ É importante insistir na construção de um sistema nacional de Atenção feito em diálogo com as instituições e a partir da formulação de políticas públicas de apoio a esses sistemas.

▶ É decisivo construir uma estratégia integral de fortalecimento da mulher em todas as cadeias produtivas. Uma estratégia que inclui a formação e a comunicação como baluartes centrais, com a geração de novas capacidades, com uma construção unitária no campo do movimento sindical, entre homens e mulheres.

▶ É fundamental que o sindicalismo continue com a análise e desmantelamento da divisão sexual do trabalho. A discussão sobre a jornada de trabalho é fundamental. O capitalismo exige que as mulheres cumpram tarefas impossíveis de serem realizadas. A questão do tempo é central e devemos lutar por uma jornada de trabalho que adeque a produção e reprodução da vida.

▶ Os sindicatos devem avançar concretamente em suas declarações como se fossem organizações feministas.

▶ O trabalho de cuidado deve ser exigido pelas centrais como componente do PIB dos países e deve ser reconhecido como trabalho real.



OFICINA DE PROTEÇÃO SOCIAL

13 de abril de 2021

Estratégia sindical sobre reformas dos sistemas de previdência social frente ao futuro do trabalho

A CSA entende que “as políticas regressivas praticadas antes da pandemia são o resultado de pressões exercidas por instituições financeiras internacionais, especialmente o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Banco Mundial (BM) e a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Após o início da pandemia, essas instituições continuaram a operar como instrumentos de ação do capital financeiro internacional, representando seus interesses nos territórios. Essas organizações já vinham renovando sua presença no continente pelas mãos de governos quem impõem e apoiam programas econômicos conservadores que estão sendo testados. Em 2020 há um aprofundamento do novo ciclo de endividamento externo dos países da região que atuam como fortes condicionantes das decisões soberanas de governos democráticos, observáveis na destinação dos recursos obtidos que foram utilizados principalmente para financiar o resgate de o empresário do setor, e não necessariamente atendiam às verdadeiras necessidades dos povos”⁷. Assim, essas imposições vão contra as diretrizes da OIT em seus aspectos centrais, tal como a proteção e a seguridade social, aumentando os impactos e consequências para os trabalhadores e para as trabalhadoras.

A Confederação tem expressado historicamente seu compromisso com a defesa da seguridade social e da saúde do trabalhador/a como direitos humanos e elementos estratégicos do trabalho decente.

Reafirmando este compromisso, a CSA luta por um modelo de segurança social universal, solidário, público, não discriminatório, inclusivo, integral e redistributivo sob a responsabilidade do Estado, para que esteja garantida a proteção social de todas as pessoas construindo uma participação vinculativa dos trabalhadores na criação e implementação estrita deste modelo.



7. Ibid.



A CSA rejeita qualquer proposta de privatização do sistema de segurança social na região. Os sistemas previdenciários baseados na capitalização individual reproduzem e aumentam as desigualdades existentes no mercado de trabalho que tem reflexo no empobrecimento dos aposentados e aposentadas. Hoje, os trabalhadores e as trabalhadoras informais, temporários ou descontínuos não têm a possibilidade de integrar-se ou se manterem nesses sistemas. Somado a isso, as trajetórias de trabalho das mulheres afetadas por responsabilidades não compartilhadas de cuidado, desemprego ou disparidades salariais têm impacto significativo na densidade de suas contribuições. Os sistemas de distribuição baseados em mecanismos solidários e redistributivos, contributivos e não contributivos, constituem um instrumento para reduzir essas desigualdades”.⁸

Existem vários elementos já trabalhados em profundidade no último ano. A crise global de saúde mostrou que a previdência e a proteção social têm problemas estruturais. Na região, as décadas de privatização da proteção social e a pandemia mostraram, mais uma vez, que o modelo de privatização não atende a maioria da classe trabalhadora, nem da população.

A CSA reafirma a necessidade de trabalhar pela previdência pública, a necessidade de vincular a proteção social à organização sindical. A proteção social para os trabalhadores envolve a existência de sindicatos fortes que possam garantir a segurança e proteção social pública. É um tema central na agenda de ação sindical na região.

A crise expôs de maneira dolorosa a precariedade dos sistemas de saúde no mundo, principalmente quando precisa atender trabalhadores informais que em sua maioria são mulheres e migrantes.

Diante desta dura realidade em que apenas 45% da população mundial goza de seguridade social, e entendendo a seguridade e a

proteção social como direitos fundamentais, nossa solidariedade deve ir principalmente para quem trabalha na informalidade e para as mulheres. Além disso, a seguridade social deve estar alinhada à saúde ocupacional. Deve ser mantida a referência à Convenção 102, que completará 70 anos no próximo ano, sobre padrões mínimos de seguridade social.

Para avançar na perspectiva do trabalho decente e contribuir para o futuro do trabalho, existem 4 aspectos que devem estar em permanente análise: a justiça de gênero; um sistema eficaz de aprendizagem e educação ao longo da vida para todos e todas; acesso universal à proteção abrangente e sustentável e medidas eficazes para ajudar as pessoas a lidar com as transições ao longo da vida profissional.

8. Ibid.

No eixo do acesso universal à seguridade social sustentável é necessário adotar sistemas de proteção social adaptados ao mundo do trabalho de hoje e de amanhã. Com um diálogo social que garanta que as conquistas obtidas hoje não sejam perdidas e, por outro lado, que os sindicatos continuem participando das decisões políticas.

A proteção social também foi afirmada como uma prioridade global. Relembramos que a meta 1.3 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) exige que os Estados implementem medidas de proteção e seguridade social para todos e todas.

O Escritório Regional da OIT em Lima deu particular atenção a esta questão com a elaboração do documento Proteção Social em Tempos de Pandemia, que apresenta a importância de uma estratégia múltipla que inclui:

- 1.** Sistemas contributivos de proteções sustentáveis.
- 2.** Seguro-desemprego com cobertura contributiva e não contributiva.
- 3.** Programas de proteção social não contributiva para idosos.
- 4.** Políticas públicas de proteção social à saúde com cobertura universal que não dependa da renda familiar, mas sim das necessidades.
- 5.** Papel ativo dos governos centrais na regulamentação dos provedores de saúde.
- 6.** Integração plena dos dispositivos de segurança e saúde no trabalho no quadro das políticas de emprego e segurança social.

É vital que o sindicalismo apoie a OIT no novo esquema de proteção social múltipla para enfrentar os desafios que os trabalhadores e trabalhadoras têm na pandemia e terão na pós-pandemia.



A seguridade social para todas e todos deve ser sustentada por um pilar público básico financiado por impostos progressivos que gere uma pensão universal. Além deste, deve contar com outro pilar público contributivo de financiamento tripartido, baseado nos princípios da universalidade, inclusão e solidariedade de benefícios, que devem ser adotados de forma integral e com justiça social. Os sistemas de atenção a todos os que deles necessitam (meninos, meninas, idosos, pessoas com deficiência) e as políticas de conciliação da vida profissional e pessoal-familiar devem ser incluídos como mais um elemento da segurança social”⁹

9. Ibid.



No campo da previdência social, também é necessário abordar a saúde ocupacional. Pessoas morrem em decorrência de acidentes de trabalho e essas mortes são evitáveis. Isso mostra como funciona o sistema de direitos no trabalho, que não tem proteções adequadas para mulheres ou homens e as prioridades de proteção não estão definidas. Um lema central dos trabalhadores deve ser a exigência de que a segurança no trabalho e a saúde ocupacional sejam reconhecidas como direitos fundamentais. Isso significa que os Estados devem assumir a responsabilidade e que as diferentes convenções e convenções para garantir a saúde ocupacional podem ser implementadas em toda a cadeia.

A renda básica ocupa um lugar importante na análises, nos debates e na perspectivas do movimento sindical, tratando de suas complexidades. Sob nossa visão, o fundamental é colocar os aspectos relacionados ao direito à segurança econômica da população em primeiro lugar. Isso não pode ser medido exclusivamente por transferências condicionais de renda, deve ser analisado a partir de várias dimensões das garantias em torno do direito à segurança econômica.

Há uma espécie de confusão, pois parece haver um consenso muito amplo em termos

político-ideológicos em torno da necessidade de uma renda básica como uma espécie de política de transferência no momento da crise emergencial e que a pandemia até mesmo destacou como uma necessidade de reposição face à cessação de muitas atividades e rendimentos econômicos das famílias.

Abaixo estão alguns elementos a serem considerados nas discussões sobre renda básica.

Em primeiro lugar, vemos que as últimas décadas tem havido uma espécie de substituição dos sistemas de proteção social universal por políticas fragmentadas que viabilizam propostas de mercantilização da proteção social. Após a privatização dos anos 90, um trabalho ideológico muito melhor emerge no século 21; Fala-se de direitos humanos, de equidade, mas o que se propõe como alternativa aos sistemas públicos que foram devastados nos anos 90 é a universalização da política baseada em um sistema misto, onde seguradoras e prestadoras podem ser estatais e públicas e privadas, participando ou não - de forma abrangente - de esquemas públicos. Com uma crescente financeirização por meio do seguro, a transferência de recursos, na ausência de um sistema universal de saúde, educação e previdência, acaba com essas transferências entrando como fator de acesso ao seguro e não como fator

de proteção em termos de seguro econômico. segurança.

Portanto, é muito difícil falar em estratégia de renda básica se o contexto em que ela ocorre não for levado em consideração. Devemos ter muita atenção e cuidado para não substituir um sistema de proteção social abrangente por um outro fortemente ancorado na transferência econômica que gere uma espécie de acesso ao consumo de determinados serviços impactados pela financeirização.

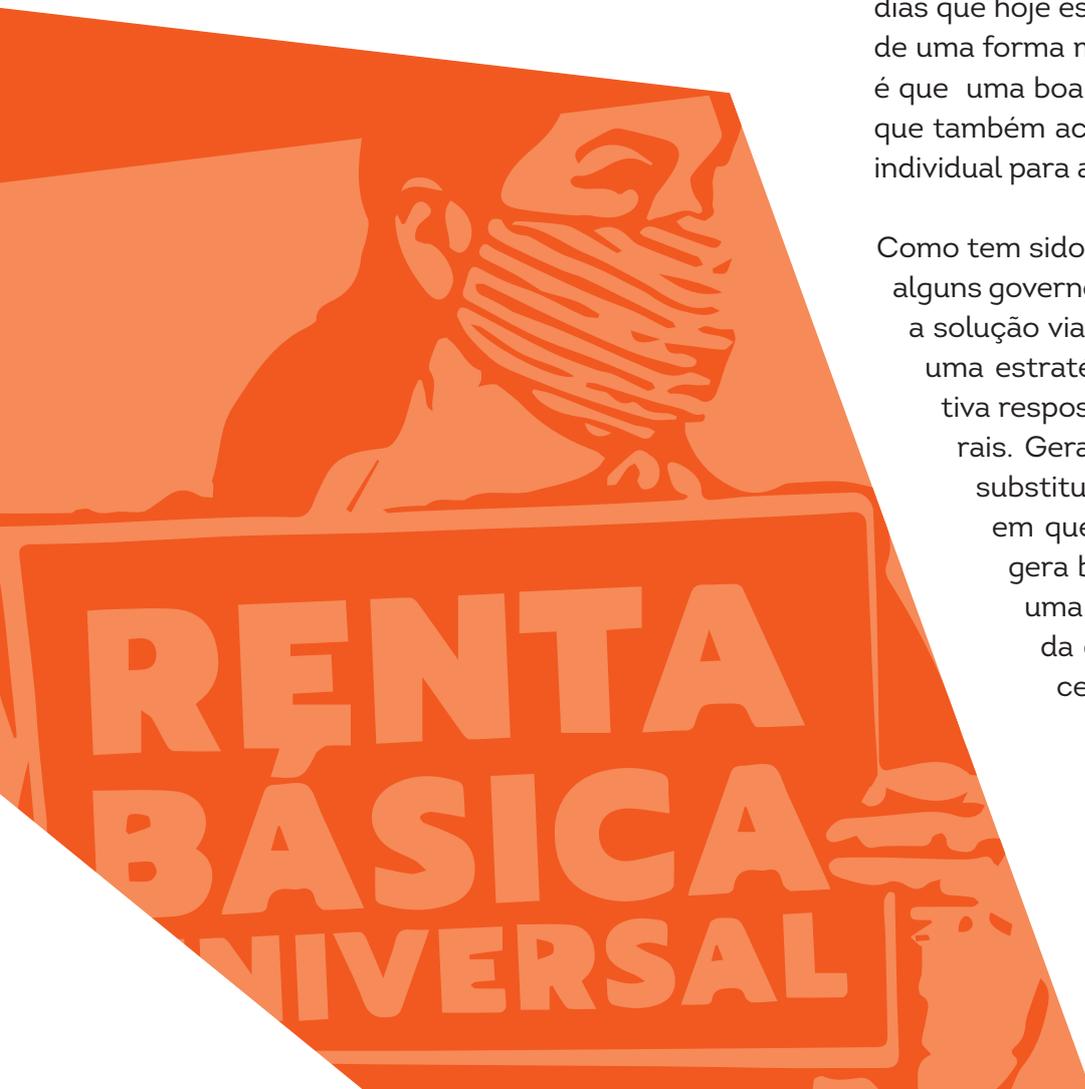
Este é um tema que tem fortes bases no debate sobre o desenvolvimento, que remonta os anos 1950, 1960 e 1970, que é substituído por um discussão sobre a eliminação da pobreza em que este elemento passa a ser a questão central das políticas sociais. Neste contexto não se assume o conceito de pobreza no seu sentido multidimensional, estrutural e que envolve o combate as desigualdades funda-

mentais da sociedade. Se ajusta a uma definição de pobreza que significa jocosamente Pobretologia (medidas de pobreza, linhas de pobreza) e trata-se de mobilizar populações para além da linha de pobreza por meio de transferências que permitem um valor locativo per capita que vai além da linha de pobreza total.

Isso gerou uma dinâmica muito artificial nas políticas sociais. Recurso suficiente é transferido para ficar um pouco acima da linha de pobreza adotada e com isso se comemora que as pessoas estão saindo da pobreza. Isso teve um efeito muito negativo na concepção e na lógica organizacional da política social e no próprio debate sobre a identidade de classe.

Sabemos que uma verdadeira redistribuição da riqueza é viabilizado por meio de impostos progressivos que financia todo um sistema de serviços públicos universais, e ali disputar também ideologicamente as camadas médias que hoje estão presas ao neoliberalismo de uma forma muito profunda. O que vemos é que uma boa parte dos setores populares que também acreditam que há uma solução individual para a crise.

Como tem sido proposto de forma geral por alguns governos - talvez superficialmente - a solução via renda básica não parece ser uma estratégia capaz de criar uma efetiva resposta às desigualdades estruturais. Gera no imaginário uma ideia de substituição dos sistemas solidário - em que a contribuição de todos/as gera benefício para todos/as - por uma lógica muito mais segmentada em que finalmente todos recebem o mesmo.





Exigimos a ratificação da Convenção 102 da OIT como piso de seguridade social. Exigimos o seu efetivo cumprimento, estabelecendo critérios e regras claras para a cobertura das contingências básicas: assistência médica, doença, desemprego, velhice, acidentes de trabalho e doenças ocupacionais, abono de família, maternidade, invalidez e viuvez”¹⁰

Por isso é preciso ter cuidado com a sedução de algumas abordagens da renda básica universal. Uma renda básica como componente da segurança econômica, como direito, exige outro tipo de lógica de organização política e institucional. Como passar da resposta emergencial, agora muito necessária e focada em grupos mais expostos, para uma dinâmica universal, implica revisitar os fundamentos do que foi feito historicamente.

A CSA e o sindicalismo tem uma liderança fundamental, pois é autorizada historicamente pela conquista da seguridade social vinculada ao trabalho e que agora podem focar e promover uma visão muito mais ampla que abrange todas as sociedades, com essa aspiração redistributiva.

Uma visão da proteção social como um direito humano funcionaria como uma alavanca para uma transformação social efetiva.

Uma política democrática de proteção social pode mudar os mecanismos geradores de desigualdade e exclusão. Por isso, para o mundo sindical, é uma prioridade continuar fazendo alianças com movimentos e organizações sociais que representam populações que estão fora dos tetos de proteção social. As alianças podem ocorrer entre sindicatos e outras organizações de jovens, mulheres, migrantes, camponeses.

10. Ibid.

Aspectos centrais das intervenções dos participantes da oficina

No se deben confundir los problemas de la pandemia con los problemas estructurales de acceso a la protección social que se arrastran con anterioridad a la crisis global de la salud. La recomendación 204 permite la inclusión de trabajadoras/es a la protección, y en el consenso internacional, las y los trabajadores han logrado que esté en las prioridades. Lamentablemente, en una economía globalizada estos consensos pueden ser comprendidos, pero lo que predomina es la imposición de políticas de austeridad. Organismos internacionales promueven economías que destinan un 3% del PIB en gastos de protección, lo cual evita avanzar en la cobertura. Se continúa, además, en la privatización de los sistemas aún cuando está probado su absoluto fracaso.

Todas/os las/os trabajadoras/es deben tener un verdadero sistema de protección. Existe pleno convencimiento de que el sistema de seguridad social tiene que ver fundamentalmente con el Estado, que debe actuar de manera contundente para que la seguridad social llegue a todas/os. Es imperante insistir de una forma dinámica y creativa para que las/os trabajadoras/es de la economía informal ingresen a la seguridad social.

Es el Estado el que debe garantizar la protección y seguridad social y no delegar las responsabilidades en el sector privado y sus intereses de lucro. La resolución 202 de la OIT es clara y contundente y se debe impulsar que la resolución sea una realidad en todo el continente. Hoy más que nunca se necesita derrumbar la privatización del sistema de seguridad social y asegurar un sistema para vivir con dignidad, no permitir que el sector privado convierta el sistema en un negocio eliminando la noción y la garantía del derecho fundamental.

Un sistema integral protección, seguridad y salud debe integrar orgánicamente la perspectiva de género. Los sindicatos deben interiorizar la noción de comités mixtos de salud entre sindicatos y empresas para asegurar los sistemas de salud de la población. COVID 19 debe ser una enfermedad laboral declarada.

Las/os jóvenes son quienes en su gran mayoría acceden a trabajo precarizado e informal, desde los sindicatos se les debe asegurar formación y propender porque cuenten con condiciones formales de trabajo, para que tengan acceso a sus derechos. Es necesario un sistema de economía del cuidado. Los sindicatos deben continuar su trabajo por la redistribución de la riqueza, e implementar mecanismos como el impuesto a las grandes fortunas. Luchar por acceso a la salud universal y más inversión desde los gobiernos en los sistemas de salud.



La seguridad social es un derecho humano. Muchos países en la región han ratificado el convenio 102 y han adoptado la recomendación 202. Hay que trabajar para que los países encuentren capacidades para avanzar en estos aspectos. Hay formas para abrir el espacio fiscal para financiar los sistemas, pero pasa por la voluntad política de los gobiernos para trabajar hacia una protección social universal. Es un proceso progresivo y los países tienen la obligación de hacerlo. Los sindicatos deben seguir impulsando el convenio 102 y la recomendación 202 que se complementan mutuamente y proporcionan una hoja de ruta para la protección social universal.

¿Para qué la protección social? Lo esencial es la protección para superar la desigualdad. Las medidas deben evaluarse por la superación de la desigualdad estructural. Hay que abandonar el discurso de los vulnerables y analizar la protección de manera estructural. El debate sobre la tributación progresiva gana importancia pero también la manera como se comprenden los aspectos presupuestarios fuera de la imposición neoliberal.

Por que proteção social?

O essencial é proteção para superar a desigualdade. As medidas devem ser avaliadas pela superação da desigualdade estrutural. Devemos abandonar o discurso dos vulneráveis e analisar a proteção de uma forma estrutural. O debate sobre a tributação progressiva é central, mas também a forma como elementos orçamentários são entendidos fora da lógica neoliberal.

Recomendações e elementos de debate

As intervenções políticas feitas durante a oficina foram extremamente frutíferas na perspectiva do trabalho da CSA após o seu 4º Congresso. Com base nos aspectos analisados e nas abordagens apresentadas no campo da proteção e seguridade social, pode-se constatar que *“o movimento sindical das Américas continuará trabalhando por modelos de seguridade social pública, universal e inclusiva. Este é um dos principais direitos atacados em todo o mundo. A resposta que o sindicalismo das Américas tem para enfrentar esse retrocesso exige que se coloque esse aspecto como uma das grandes prioridades do próximo período”*¹¹. Assim, assinalamos em seguida os consensos, recomendações, elementos para debate e implementação:

- ▶ A proteção e a segurança social são direitos humanos fundamentais.
- ▶ O movimento sindical deve ter mais força para exigir a implementação dos acordos. A CSA sempre se opôs a que os custos da crise fossem pagos pelos trabalhadores.
- ▶ A CSA continua demandando e construindo políticas públicas e democráticas no campo da seguridade social. Acreditamos que as grandes fortunas devem ser tributadas para financiar a seguridade e a proteção social.

- ▶ Deve aplicar-se em todos os países da região políticas de prevenção de riscos ocupacionais desde uma perspectiva de proteção universal. Os trabalhadores também devem levar em conta a saúde ambiental como condição básica para garantir o direito humano à vida.
- ▶ O sistema de acolhimento de crianças, idosos e deficientes deve ser incluído como elemento básico da segurança social. O reconhecimento do trabalho não remunerado deve ser incorporado como uma abordagem de equidade. O cuidado corresponsável deve ser incluído a partir de uma perspectiva de gênero.
- ▶ O direito à proteção social tem a ver com o avanço da universalidade da proteção social solidária, de caráter público, com enfoque de gênero e articulada pelo movimento sindical. Vamos buscar articulação com outros movimentos sociais, organizações da sociedade civil e todos os movimentos que reconheçam que o direito à proteção social é um direito humano.

11. Ibid.

▶ O direito à proteção social só será universal quando os ricos pagarem. Isso faz parte de uma política de transição justa. A redistribuição da riqueza é uma garantia para alcançar a proteção social para todos em igualdade de condições.

▶ É necessário transitar para um conceito de sistema de proteção social que trabalhe mais diretamente com a produção de riqueza e suas formas de distribuição e redistribuição. Na distribuição da riqueza é muito importante como a produtividade é apropriada nos salários, na massa salarial, que se perdeu no mundo nas últimas décadas. Nos aspectos de digitalização da economia, 4.0, atividades remotas, a produtividade do trabalho é aumentada, mas o lucro é incorporado ao capital - principalmente o capital financeiro que medeia todos os processos - e não o salário, poder de compra do salário.

▶ A recomendação 202 pode ser uma âncora para construção de uma visão ampla em que toda a discussão das garantias para um novo sistema de proteção social a partir de um quadro transpandêmico fornece uma oportunidade política importante. O que hoje se instala inercialmente é um fortalecimento das tendências das políticas de austeridade, infelizmente, e o capital financeiro está penetrando com mais força em muitas dimensões das proteções sociais.

▶ Após a crise, o contexto de austeridade ampliada é enfrentado, desde a última crise em 2008, com limitações gerais, trabalho decente limitado e quase nenhum diálogo. Portanto, um diálogo social eficaz deve ser incluído para alcançar a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

▶ Os países devem trabalhar para a adoção de proteção social básica, assistência à maternidade, proteção social para todos e todas e para o cuida-

do das crianças. Todas as pessoas em idade produtiva que não podem ter renda suficiente devem ter acesso básico, também os idosos devem ter acesso básico à segurança social.

▶ A atuação do movimento sindical no próximo período deve exigir a extensão da proteção, ter cobertura obrigatória, transparência digital, sistema unificado, financiamento por meio de impostos, diálogo social informado e efetivo, e garantia de investimento suficiente do Estado no social sistemas de proteção.

▶ Proteção social com perspectiva de gênero. A maioria das pessoas descobertas são mulheres e setores onde as mulheres representam a maioria. Garantir que os sistemas sejam projetados para enfrentar a discriminação implica necessariamente trabalhar a partir de uma perspectiva de gênero.





▶ Financiamento sustentável. Em outubro de 2020, a OIT observou que a região tinha um grande déficit de financiamento. Segundo a CEPAL, a evasão fiscal é de 6,3% do PIB. É preciso trabalhar para reduzir a evasão fiscal. É necessário fortalecer a base contributiva da proteção social e o desafio é como envolver os trabalhadores na economia informal.

▶ Economia social e solidária como estratégia de acesso ao direito à proteção social. A economia social e solidária não é mais marginal ou dos pobres. É uma economia alternativa muito poderosa. Nos últimos anos cresceu muito mais que a economia comum, 20% das pessoas trabalham mais na economia social e solidária do que nas empresas transnacionais.

▶ A saúde integral e pública também deve ser reconhecida e regulada como um direito humano fundamental e um bem comum.

▶ A infraestrutura social é um elemento chave para sair da crise e deve ser exigida com um direito.

▶ O grande desafio do século 21 é re-politizar a população lutando contra a lógica neoliberal de vidas descartáveis. O relatório do Relator Especial sobre a Pobreza Extrema aponta claramente que todas as medidas da chamada ajuda emergencial, das transferências, não estão resistindo efetivamente às políticas de austeridade e não enfrentam os problemas das necessidades não atendidas. Há um debate sobre o direito ao desenvolvimento ao qual o movimento sindical deve aderir.



OFICINA SOBRE TRANSIÇÃO JUSTA

14 de abril de 2021

A perspectiva regional de transição justa: para onde vamos?

Para a CSA, a relação entre meio ambiente e trabalho é uma relação entre as pessoas e a natureza que deve ser mediada pelo trabalho de uma forma harmoniosa e sustentável. Se se espera que esta relação se constitua como um outro modelo de desenvolvimento que não seja um predatório da natureza colocamos a pergunta: que modelo queremos? Uma transição que seja justa para um modelo sustentável e não predatório deve destacar que existem assimetrias significativas entre países e regiões. Os trabalhadores e trabalhadoras adquiriram uma visão global e a partir daí é fundamental entregar essa visão solidária e compartilhada, e construir uma agenda que questione o modelo de consumo.

A CSA está trabalhando para construir um movimento sindical nas Américas que esteja na linha de frente do debate justo sobre a transição e para isso é necessário capacitar cada vez mais os sindicatos quanto à transição e ao modelo ambientalmente sustentável. Que seja uma agenda sindical abrangente e orgânica, não uma parte, e assim haja alianças sociais, com as quais o movimento sindical vem trabalhando na prática concreta há vários anos. Há uma experiência real na Rio + 20, com cúpulas ambientais, alianças dentro das Conferências das Partes (COP), experiências na articulação com o Dia Continental pela Democracia e contra o neoliberalismo.

Em unidade os sindicatos junto organizações e movimentos sociais podem fazer a diferença nesse debate e constituir uma força planetária que realmente se preocupa com a sustentabilidade. As Conferências de Energia, Meio Ambiente e Trabalho (CREAT) realizadas pela CSA podem contribuir muito para a estratégia de ação sindical.

“Pensar o desenvolvimento sustentável implica desafiar a ordem econômica atual, a comercialização e financeirização dos bens comuns e as desigualdades que estão por trás do sistema patriarcal e discriminatório. Estamos comprometidos com um modelo que prioriza o cuidado e a sustentabilidade da vida, a partir de uma profunda mudança no metabolismo social e de uma nova relação com o meio ambiente. O destaque que os conflitos territoriais estão ganhando na região evidencia a necessidade de se debater mais uma vez o termo desenvolvimento sustentável em estreita articulação com os movimentos sociais e assumindo o protagonismo das mulheres”¹²

12. Resolución Final 4to Congreso de la Confederación Sindical de Trabajadoras/es de las Américas (CSA).

A CSA faz uma crítica radical ao atual modelo hegemônico evidenciando as falsas soluções, as causas estruturais e as soluções propostas da classe trabalhadora.

A transição justa permanece como um conceito controverso e os sindicatos colocam justiça como objetivo central tendo o tema da energia como elemento preponderante. Perguntamos energia para quê e para quem? Não é simplesmente uma mudança de fontes e sim uma profunda transformação do modelo energético. A discussão sobre a mudança no modelo energético passa por reconhecer a sabedoria e o conhecimento dos trabalhadores e das comunidades.

O debate ambiental é fundamental para alcançarmos os meios que viabilizem a recuperação econômica e social no pós pandemia. Aprofundar a discussão é fundamental para evitar o reaparecimento de falsas soluções que aprofundam as consequências para a classe trabalhadora.

A CSI tem trabalhos sobre 5 eixos principais. Observar quais são eles é importante para compreender a perspectiva do sindicalismo internacional e da classe trabalhadora. A saber:

- 1.** Pela criação de trabalhos que sejam compatíveis com a transição. Rumo ao 0 de emissões.
- 2.** Direitos no trabalho, horas de trabalho, salários justos.
- 3.** Proteção social universal. Precisamos de um fundo de proteção social especialmente para os países mais pobres, e que seja adequadamente financiado.
- 4.** Resolución Final 4to Congreso de la Confederación Sindical de Trabajadoras/es de las Américas (CSA).
- 5.** Inclusão.

A transição justa é um instrumento poderoso para atender as demandas sociais e suas relações com as questões climáticas. No entanto, se significado está sendo usurpado por outros setores e é algo que não pode ser permitido.

A transição justa deve ser baseada em políticas públicas resultantes de processos regionais e locais. Na América Latina, muitos países estão usando o conceito de transição justa em uma perspectiva equivocada. Na ideia de um novo contrato social, é necessário continuar a insistir numa transição justa que leve em conta as especificidades de cada país e o apoio específico da OIT em matéria de trabalho e direitos humanos.

Junto com outros movimentos aliados, a CSA vem denunciando que os golpes de estado na região nas últimas duas décadas estão relacionados a projetos de exploração e desapropriação de patrimônio natural, onde as empresas transnacionais têm claro interesse em controlar recursos estratégicos para suas Cadeias de valor. Este processo se dá seja favorecendo projetos de mineração de energia em Honduras, anulando políticas públicas de proibição do cultivo de milho transgênico no Paraguai, cedendo reservas e desmantelando a indústria petrolífera nacional, como foi o caso no Brasil e o que foi tentado há anos na Venezuela.

É importante destacar que o discurso ambientalista feito por organizações ambientalistas que não estão comprometidas com a luta de classes e com a solidariedade internacionalista, têm servido de cúmplices às forças militares e policiais da direita fascista, como no golpe na Bolívia revertido pelo popular forças, ou como agora no resultado catastrófico das eleições no Equador.

Por outro lado, existe o risco, como acontece com os acordos climáticos, de que um pouco de tinta verde seja suficiente para legitimar uma relação comercial assimétrica e colonial, em que mais soja, gado e miné-

rios sejam exportados sem tarifas, em troca de agrotóxicos e carros. A resistência intersectorial e massiva, como nos tempos em que derrotamos o processo da ALCA, é necessária para denunciar e bloquear à privatização de serviços, desindustrialização ou ingerência nas políticas de compras públicas. Vivemos em um contexto global onde nem mesmo o modelo comercial permite a quebra de patentes para a universalização de vacinas, cujo “direito de compra” já é privilégio das empresas.

Foi a partir da agenda da justiça climática que organizações sindicais puderam construir uma agenda própria de transição justa, atuando historicamente na construção de conteúdos políticos na perspectiva da classe trabalhadora, articulada com os movimentos camponeses, feministas e outros movimentos ecumênicos e ambientais. E isso tem permitido que o debate sobre o modelo de desenvolvimento e suas assimetrias continue a ser disputado nas conferências sobre mudanças climáticas (COPs), sem permitir que o princípio das responsabilidades comuns mas diferenciadas seja apagado da convenção-quadro das Nações Unidas.

A CSA sempre se orientou e exigiu políticas que caminhassem no sentido da construção de propostas de transição justa e do fortalecimento de alianças estratégicas com outros movimentos sociais da região, como por exemplo o Movimento de Atingidos por Barragens (MAB), que integra a Coordenação Latino-Americana de Organizações Rurais (CLOC Via Campesina) e o Movimento de Atingidos por Barragens na América Latina (MAR), e a Marcha Mundial das Mulheres (MMM), com a qual em 2008 foi realizado no

Brasil um grande encontro nacional de mulheres pela Soberania Alimentar e Energética, um dos quais teve como temas a defesa do petróleo e das mulheres trabalhadoras do setor de energia e seus meios de produção como patrimônio do povo brasileiro.

É dever do Estado garantir direitos e promover as condições para a sua realização, sendo muito disso garantido pelo Estado e por empresas públicas, associações público-comunitárias, trabalhadores e empregados do sector, pelo que é pertinente contestar o políticas públicas energéticas de forma organizada como movimentos populares e afirmando os direitos conquistados pelas lutas sindicais, feministas e de populações atingidas, e também construídas na perspectiva da justiça ambiental.

Isso significa não apenas resistir ao neoliberalismo, mas também construir o poder popular em defesa da democracia. E é isso que se constrói na aliança, na construção de propostas políticas para uma transição energética justa e feminista.



A CSA tem proposto como desafio de curto prazo avançar na formulação de uma perspectiva de transição justa a partir da diversidade que se apresenta em nossa região.

Algo que reflita a visão da classe trabalhadora, baseada na justiça social, com o trabalho no centro e que permita responder às as principais urgências que atualmente impelem os trabalhadores da região, como a cultura antissindical, a ausência de diálogo social, tendências autoritárias e antidemocráticas, precariedade e informalidade, a economia digitalizada, a crise climática, as Cadeias Produtivas Globais, entre outros”.

São 6 os principais eixos de trabalho que a CSA tem trabalhado no processo de construção de alianças intersectoriais para a definições de uma proposta de transição justa que responda aos interesses da classe trabalhadora e enfrente os problemas estruturais do patriarcado, do desenvolvimentismo predatório e da atual crise climática e sanitária:

1. É notório que o conceito de Transição Justa tem conteúdo diferente em lugares diferentes e será usado de maneiras diferentes. Uma parte fundamental tem a ver com acesso, uso e controle de energia. A transição justa deve ser vista em certos contextos sociais e partes do mundo.

2. A transição justa é um problema de classe. Serve também para reunir agendas compartilhadas entre os trabalhadores. Faça uma resposta compartilhada sobre quem deve controlar e se beneficiar dos recursos energéticos.

3. A transição justa é também uma questão de gênero. As mulheres sofrem em maior medida os impactos da crise climática. Precisamos entender as necessidades de energia em casa e as soluções que as mulheres.

4. A transição justa deve ser anti-racista. Deve ser usado para trabalhar na reorganização e expor as injustiças do sistema atual. Esse é um trabalho que já está em andamento.

5. A transição envolve mais do que o clima. A crise ambiental tem a ver com mais do que apenas o colapso da biodiversidade. Não se trata apenas de trabalhar na redução de carbono, o meio ambiente vai muito mais longe.

6. A transição tem a ver com democracia, com a proteção dos direitos democráticos das pessoas para que possam defender a transição. Quem decide o que usar e como é usado, existem diferentes visões de como usar sistemas de energia mais responsáveis. A premissa fundamental é que a transição deve aumentar a capacidade dos trabalhadores de como usar a energia.



Uma transição justa que esteja a serviço da classe trabalhadora da região deve reivindicar o legado da luta pelos serviços públicos, incluindo o questionamento e a reivindicação de sua propriedade. A abordagem dos bens comuns permite discutir o acesso, controle e uso de energia, da água, terra e sementes e trata-los como um direito humano. O controle e a propriedade pública da energia em todas as suas fontes é condição essencial para a construção de uma perspectiva de transição justa popular para a classe trabalhadora. Para isso, é essencial que qualquer compromisso com esta transição incorpore o conceito de diálogo social e possibilite discussões centrais sobre a propriedade da energia, o papel do Estado e os direitos humanos. A transição justa não pode ignorar a necessidade da democracia energética como parte integrante de um modelo de desenvolvimento sustentável com justiça social”.

Um dos aspectos que foram destacados dentro da oficina foi o processo que o CSA vem desenvolvendo até hoje que foi a construção das Conferências Regionais de Energia, Meio Ambiente e Trabalho (CREAT), que já tem 3 edições

Desde a sua fundação, o CSA tem organizado uma série de debates sobre energia, meio ambiente e trabalho. O primeiro CREAT teve um papel importante para um trabalho mais sistematizado junto à classe trabalhadora. No III CREAT da Costa Rica estiveram presentes 15 países, 7 movimentos continentais e 4 organizações da sociedade civil onde foram construídas alianças poderosas.

Na 3ª CREAT foram identificadas as consequências da saída oficial dos Estados Unidos dos acordos sobre mudanças climáticas, e a perda de destaque do Brasil com o governo de Jair Bolsonaro. Posteriormente, uma investida do capitalismo verde esteve presente em diversos países e nas negociações da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima.

Há um desdobramento central no processo CREAT no que se refere a democratização energética: não se trata apenas de descarbonizar ou simplesmente criar novos empregos. No conceito de transição justa, foi possível introduzir a centralidade da democratização energética e também compreender a discussão sobre soberania energética.



LA necessidade de discutir a energia desde uma perspectiva da desmercantilização, também a descentralização do setor energético e entender a energia como um direito fundamental, bem comum e público, suscita coletivamente uma transição baseada na democracia e na justiça social e ambiental. O exercício do controle soberano em cenários de captura dos Estados continua sendo fundamental.

Também é importante enfatizar que a PLADA produziu um quadro de reestruturação para a CSA como um agente central do debate energético e ambiental em cenários internacionais. Tornou-se palco de debates coletivos nas Américas, em harmonia e aliança com os demais parceiros. Permitiu um processo de conceituação muito im-

portante em que a CSA avançou no sentido de compreensões coletivas sobre os bens comuns e as abordagens determinadas pelas linguagens, a importância de discutir a partir de outros conceitos e visões também emergiu com a atualização do PLADA e na construção do posicionamento. e disputas quanto ao modelo de desenvolvimento. Os debates em torno da autorreforma sindical foram realizados de forma positiva, com a correta interpretação da CSA incorporando a discussão e a conceituação da questão ambiental.



Aspectos centrais das intervenções dos participantes da oficina

A oficina apresentou 3 tópicos de grande importância:

- A** O modelo de desenvolvimento
- B** A necessidade de discutir a transição
- C** Como a energia é usada.

Essas questões devem ser entendidas como direitos fundamentais para os trabalhadores. Sabemos dos enormes desafios para mudar o modelo econômico e, mesmo com os apelos da ONU por ambição, a realidade mostra que os objetivos não estão sendo cumpridos do ponto de vista científico ou social.

Nesta situação, o diálogo social entre os diferentes atores é decisivo. Não é possível sair da posição atual se não se desenvolver um processo de diálogo social realmente efetivo. A transição justa tem como princípio de análise que não pode ser feita sem os trabalhadores. A transição justa vai muito além das negociações sobre mudanças climáticas e a sua apropriação nas próprias fileiras do movimento sindical é fundamental para que os trabalhadores e trabalhadoras sintam que podem contribuir para sua realização.

No contexto da pandemia o que vimos é que a solidariedade de classe emergiu com mais força entre os sindicalistas. Interiormente, o conceito de bem comum deve ser trabalhado arduamente e o acesso aos bens comuns deve ser melhor compreendido em toda a extensão.

O momento atual ensina e reforça que a luta pela transição justa tem uma perspectiva



global, assim como os efeitos da pandemia. Em muitas partes do mundo se avança nas iniciativas para melhorar a situação dos trabalhadores, mas não basta que seja apenas em algumas partes do mundo, deve ser um avanço global.

A transição justa deve partir do mínimo estabelecido por um diálogo social eficaz. Sem sindicatos e trabalhadores, este diálogo não existe.

Na transição justa, deve haver igualdade de gênero, erradicação da pobreza, proteção social e comunidades mais resilientes.

Os sonhos de suas empresas em que todos ganham não vão funcionar com crises e mudanças climáticas. Como representar os trabalhadores e fazer com que sua voz seja ouvida é fundamental.



As discussões realizadas no âmbito da oficina que realizamos no contexto do congresso permitem que possamos traçar estratégias sobre como alcançar a força necessária para atingir nossos objetivos. A construção de alianças intersectoriais deve ser sempre destacada e valorizada, inclusive com trabalhadores não sindicalizados que serão afetados pelas mudanças climáticas.

A CSA continua a relacionar meio ambiente e o mundo do trabalho e o conteúdo desta oficina é fruto de uma construção que também está na PLADA. Esta claro para todos nós que a transição justa é uma perspectiva que veio para ficar. Sua forma de se concretizar dependerá da realidade nacional e regional, das características dos países. O que as empresas e o setor privado nos

apresenta são cenários onde temos pouco ou nenhum diálogo social. Toda a questão ambiental parece estar reduzindo a preocupação de “emissões zero”, que mantém o mesmo modelo predatório sem alterações no modelo de produção e consumo, a imposição de soluções que acabam sendo falsas porque renovam a capacidade do sistema de comercializar e privatizar bens comuns sob a falsa promoção do enfrentamento das mudanças climáticas.

Recomendações e elementos de debate

As contribuições formuladas pelos convidados e diferentes (e numerosas) organizações sindicais correspondem às posições estruturais da CSA, que são plenamente válidas no período de crise que a região está passando. Este é um processo que projeta a disputa política em termos de uma transição justa que deverá ser construída com a participação democrática da classe trabalhadora, além de organizações e movimentos aliados e usando uma metodologia intersectorial em que os sujeitos políticos são protagonistas.

Por estes motivos, o CSA indicou um elemento fundamental que vale a pena ser destacado já no início que expressa a nossa aposta: “que o sindicalismo das Américas deve se aproximar mais ainda da juventude desenvolvendo ações em torno da justiça ambiental. Sabemos que esta é uma luta sindical. É necessário, portanto, trabalhar para influenciar as mobilizações juvenis para que estas se tornem cada vez mais significativas para a classe trabalhadora. A leitura política da pandemia e seus impactos também deve servir para priorizar as grandes ameaças à vida que a crise ambiental representa e reforçar a transversalidade dessa disputa pelo modelo de produção e consumo sustentáveis”.

Outros destaques do oficina foram:

- ▶ Um diálogo social eficaz é necessário para conciliar os objetivos de justiça social e ambiental.
- ▶ São as alianças intersectoriais, fortalecidas em processos como o Dia Continental pela Democracia e contra o neoliberalismo, construídos em Cuba 2015, que permitem que as lutas continuem vivas numa perspectiva de solidariedade internacionalista e de classe. Nos reconhecemos como sujeitos políticos coletivos que apostam na organização popular para mudar o sistema, mobilizando-se dia a dia para dismantelar suas bases patriarcais, imperialistas, coloniais, racistas, heteronormativas, e enfrentar coletivamente a violência contra corpos, territórios, povos, formas de vida e meios de produção. Lutamos todos os dias para que não se esgote a capacidade de organização e luta pela defesa da soberania dos povos e de seus projetos políticos populares emancipatórios na América Latina e no resto do mundo.
- ▶ A construção de processos e propostas para uma transição justa com democratização dos modelos energéticos implica acolher e aprofundar as propostas do sindicalismo regional referente aos modelos energéticos, produtivos e de consumo.



▶ É preciso defender a energia como um direito! Fortalecer a luta por soberania energética como luta popular pelos meios de produção e controle social das políticas energéticas.

▶ Não basta que cada comunidade decida e controle sua própria energia, é preciso que ela se organize por um projeto político para que suas iniciativas sejam emancipatórias de um povo, de um país, de uma região.

▶ A transição justa deve ser feita em aliança com os territórios e povos indígenas. O caráter anticolonial da transição justa deve ser reconhecido para que a justiça social seja alcançada, o que pode ser trabalhado no campo da energia.

▶ Não devemos cair na armadilha de governos, empresas e grandes capitalistas que usam os desafios da transição justa e energética para atacar os trabalhadores e destruir as alianças que estão sendo geradas..

▶ É necessário reconhecer as desigualdades e as histórias do colonialismo e do imperialismo, bem como as reivindicações alcançadas pela classe trabalhadora em cada caso. As respostas às mudanças climáticas não podem aprofundar a pobreza energética e as desigualdades.

▶ É muito importante construir perspectiva que se entrelaçam na consolidação da Transição Justa:: as contribuições que vêm da economia feminista, a necessidade de considerar os impactos diferenciados nas comunidades racializadas, a perspectiva da justiça ambiental, a defesa do a soberania alimentar.

▶ É muito importante sublinhar a necessidade de se discutir o lugar do público, assim como a propriedade pública, gestão e controle dos serviços públicos. Em meio a uma crise de saúde como a que atravessa a região, fica evidente o fracasso das políticas neoliberais e a necessidade de uma maior presença do público, do Estado.



OFICINA SOBRE DE IGUALDADE RACIAL

15 de abril de 2021

A luta pela igualdade racial nos sindicatos e no mundo do trabalho

A CSA tomou a decisão há vários anos de colocar a igualdade racial no centro da sua agenda. É uma questão que está mais visível hoje do que nunca, principalmente com os movimentos Black Lives Matter nos Estados Unidos (EUA), e em outros países que aderiram à luta popular por justiça racial. As lutas de resistência da população negra são um continuum histórico, mas agora são mais visíveis como consequência dos assassinatos, da brutalidade policial contra a população negra, dos jovens que estão nas prisões e daqueles que, em sua maioria, não tem acesso ao trabalho.

Avançamos na prática com a representação política de companheiros negros e companheiras negras, uma vez que os esforços pela construção da igualdade racial não podem ficar no plano discursivo.

Sabemos que o racismo veio dos países colonizadores. São mais de 500 anos de opressão, mas temos também o mesmo tempo de luta e resistência, dos quilombos do Brasil à revolução haitiana. Na década de 1960, as lutas pelos direitos civis e pela igualdade se desenvolveram muito nos Estados Unidos, assim como as várias lutas pela igualdade racial que hoje aumentaram e transformaram a agenda política em alguns países.



Segundo a CEPAL os afrodescendentes representam 21% das pessoas da nossa região e, em sua maioria, estão em posições indesejáveis nos indicadores socioeconômicos e continuam sendo o maior grupo a viver na pobreza, fruto de um histórico de subjugação, marginalização e subjugação estrutural e endêmica, discriminação e racismo. A desigualdade é histórica e se agravou com a pandemia COVID -19”¹³



CO CSA reconhece que o racismo sofrido pelos afrodescendentes tem profundas raízes históricas. É um fenômeno estrutural e se propaga e se perpetua por meio do trabalho de instituições estatais e não estatais, e também tem aspectos culturais, econômicos e sociais. Por causa disso, os afrodescendentes sofrem o impacto desproporcional da pobreza, do desemprego e da ausência de investimento público em programas sociais, incluindo saúde, habitação e educação”.¹⁴

A questão da justiça racial deve ser analisada de uma perspectiva global. A crise global de saúde e a pandemia de COVID-19 desencadeada pelo neoliberalismo foram sentidas nos locais de trabalho assim como nos lares em todo o mundo. O impacto direto foi devastador, especialmente para as pessoas não brancos. Na saúde, são os trabalhadores de cor que sofrem de forma desigual com a negação de direitos e com outros aspectos que contribuem para os efeitos mais fortes sobre os trabalhadores negros e pardos. Quanto mais expostos estão os trabalhadores que não podem trabalhar em casa, mais complicações eles têm com a pandemia. São os mesmo que recebem menos.

Este é um momento de reflexão sobre a luta global pela igualdade e sobre os desafios que a população negra deve enfrentar também pelos aspectos da igualdade salarial. É inegável que existe um legado de colonialismo e do tráfico de escravos que atinge dramaticamente as populações afrodescendentes. A revolução haitiana foi inspiradora para todos os povos negros e abriu caminho para a busca da justiça racial.

Pessoas negras e brancas veem interseccionalidade e a necessidade de promover uma solidariedade global após o assassinato de George Floyd. Muitas pessoas negras morreram nos Estados Unidos e por causa dessa situação temo visto respostas contra essa

atitude racista que existe há séculos. Esta é uma luz que ilumina as lutas da comunidade negra que vem construindo e consolidando um movimento internacional de resistência negra contra a opressão e a injustiça.

No mesmo sentido chama nossa atenção a prisão de mais de 200.000 pessoas negras, mulheres e/ou muitas delas afetadas pelo COVID 19. É impossível pensar em uma sociedade livre com racismo. A luta anti-racista deve ser em todos com enfoque especial nos espaços e na estrutura sindical.

Alguns países da região foram os pioneiros nesses debates e na proposição de alternativas. O Brasil, por exemplo, tem 57% de sua população negra. No sindicalismo no Brasil, esse debate ocorreu no início dos anos 90. Não se podia discutir as condições de trabalho sem falar da população negra que sofre ataques de violência de racismo.

Nessa perspectiva, eles começaram a trabalhar com outros movimentos sociais para enfrentar o racismo. Se 57% da população brasileira é negra, então a classe trabalhadora será composta em sua maioria por negros. O trabalho escravo entrou na análise e no debate sobre o trabalho no Brasil e passou a fazer parte das lutas sindicais e da

14. Ibid.

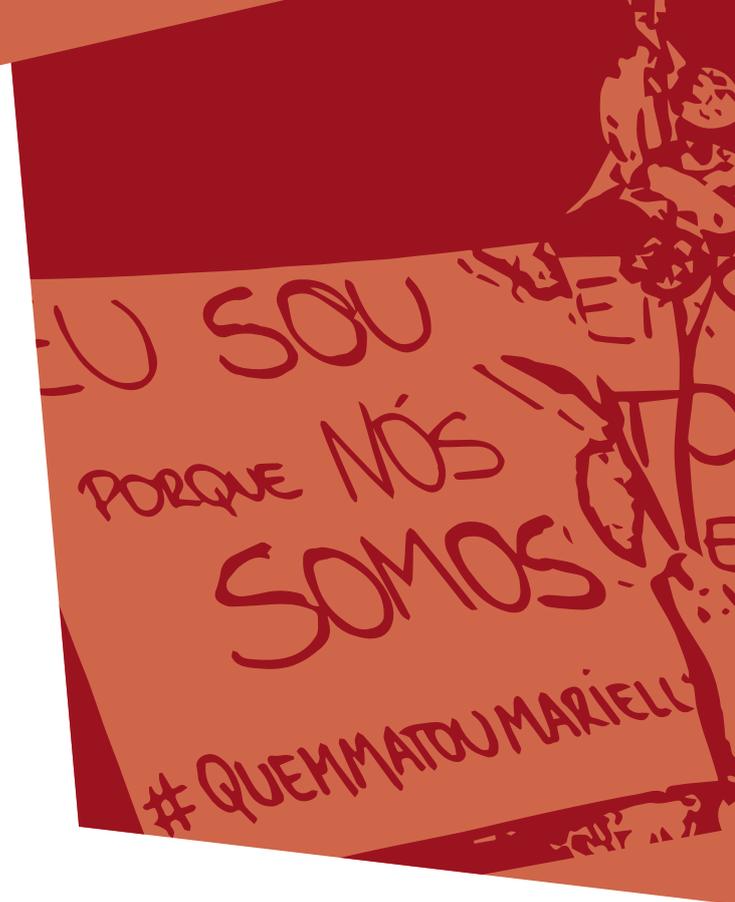
construção de políticas antirracistas. O movimento sindical tem participado ativamente de campanhas nacionais e na iniciativa de implementação dos direitos dos trabalhadores negros.

Em muitas outras partes do mundo os negros são os que ocupam os empregos mais precários e são a população com os salários mais baixos. A população negra está historicamente inserida no mercado de trabalho de forma precária.

Ainda é entendido como natural que as mulheres negras sejam vítimas de assédio sexual e seus corpos negros sejam vítima de violência. Portanto, é necessário trabalhar na desconstrução desses conceitos raciais negativos.

É muito importante que as pessoas, além de debaterem a questão do racismo, construam ações antirracistas concretas. O racismo nas Américas e no mundo só terá fim quando for compreendido que uma sociedade justa e igualitária só existirá quando for possível construir políticas antirracistas. O racismo e o sexismo são opressões estruturais que ainda se refletem no mundo sindical e por isso as ações para enfrentá-los devem ser prioritárias.

O racismo esteve presente nos momentos mais sombrios da história. Existe persistentemente, mas de forma óbvia, embora em alguns casos não seja tão óbvio. A desigualdade cultural não fala apenas de discriminação, mas também mostra estruturas e sistemas que mantêm a desigualdade cultural e o racismo. Isso acontece no mundo do trabalho e, infelizmente, ainda persiste nas estruturas sindicais.



O mundo de hoje é dominado por um sistema econômico que esconde os instrumentos do racismo e concentra o poder econômico em uma pequena minoria. O modelo econômico e o mundo do trabalho são de superexploração e desigualdade. Apesar do progresso técnico e científico, o mundo atual é muito desigual e os trabalhadores são vítimas diretas do processo de globalização que cria uma ideia de crescimento utópico, crescimento sem restrições para a acumulação de riquezas.

Em países como o Haiti vemos a economia informal crescer muitíssimo e mesmo os trabalhadores e trabalhadoras que estão no setor formal também tem dificuldades. A integração no mundo do trabalho é muito difícil sem contatos políticos. Existem situações socioeconômicas complexas e os trabalhadores negros e trabalhadoras negras sempre sofrem dificuldades econômicas, de acesso à saúde, educação, moradia digna.



A CSA está comprometida com a luta contra o racismo em todas as suas formas e reconhece a origem colonial e as várias formas pelas quais a violência racial e a discriminação prejudicam a capacidade dos trabalhadores afrodescendentes de gozar de todos os seus direitos. O racismo tem servido apenas para violar os direitos dos afrodescendentes e impedir a inserção laboral com direitos”.¹⁵

Aspectos centrais das intervenções dos participantes da oficina

É fácil de constatar que infelizmente ainda existe discriminação racial no sindicalismo. Estudos realizados em 2004 no setor de comércio mostraram resultados preocupantes: quando a população negra está ocupada, o salário é sempre inferior ao de uma pessoa branca. Diante dessa situação, é importante buscar alternativas, como o primeiro acordo de cotas de trabalho para afrodescendentes na esfera comercial. Esse processo começou com o acordo em uma loja e foi gradativamente adotado. 20% dos trabalhadores de um estabelecimento devem ser negros ou negras, com as mesmas condições de trabalho de qualquer outra pessoa.

Em países como o Peru, a discriminação racial também está profundamente enraizada, não só com os negros, mas com os andinos e nativos do país. A CSA acredita firmemente que existem todas as possibilidades de todos e todas levantarmos a bandeira da igualdade. A igualdade racial é muito importante na estrutura sindical, no movimento sindical. É muito importante olhar para fora e para dentro também, pensando em como você pode ser responsável pela mudança.

15. Ibid.

Mas quais são exatamente as medidas que o movimento sindical pode tomar para caminharmos em direção a uma economia mais justa no que diz respeito à igualdade racial e a proporção de oportunidades individuais de acesso a formas adequadas de trabalho?

Nos Estados Unidos os sindicatos têm decidido que a questão da justiça racial deve estar em todas as partes do movimento sindical. A justiça racial deve ser tão importante quanto a negociação coletiva.

Nos EUA as pessoas mais propensas a participar do sindicalismo são mulheres negras, homens negros, mulheres latinas. Os filiados e as filiadas ao movimento sindical são pessoas negras, as mulheres e os jovens. Eles são o futuro do movimento sindical.

O racismo e a discriminação têm a ver com a negação de oportunidades iguais. A qualidade de vida também é reflexo da desigualdade da população negra na América, também dos migrantes, que da África vão para a Europa. A pandemia exacerbou a desigualdade e a desigualdade marcada pelo racismo estrutural. Vemos hoje como a maioria dos mortos no Brasil, 4000 por dia, são em sua maioria negros. E assim também na Colômbia e em outros países.

O racismo tem sido um fator negativo na construção de nossa sociedade. Falar da luta contra o racismo nos sindicatos é falar da luta contra a concentração de poder. O racismo atua na sociedade de forma brutal, trazendo alguns setores da população de volta ao mapa mundial da fome e da miséria. Quem está na base desta pirâmide perversa é a população negra, as mulheres negras, as mães solteiras negras.

A estrutura sindical pode atuar para minimizar esta terrível situação e implementar políticas de combate ao racismo.

Apesar de haver governos progressistas que contribuíram pensando e construindo políticas públicas adequadas vemos que a pirâmide econômica não tem conseguido se mover estruturalmente na América Latina. No topo estão homens e mulheres brancos e na base estão as mulheres negras que continuam em empregos precários, que recebem salários mais baixos e sofrem violência brutal. A mudança dessa realidade passa por uma mudança de pensamento, entendendo que o racismo é cruel, que mata e adocece as pessoas. Não é responsabilidade exclusiva dos sindicalistas negros, esta mudança, mas sim de todos e todas que defendem uma sociedade digna e igualitária, e que envolva uma luta anti-racista, seja nas negociações coletivas ou nas propostas de políticas públicas.

Você vive em uma sociedade capitalista que tem como pilares o racismo e o machismo. As mulheres negras sofrem duplamente. São os que têm menor poder aquisitivo. O movimento sindical de alguma forma em sua história acabou reproduzindo o machismo e o racismo em suas estruturas. Homens e mulheres negros e não negros



A CSA defende a autodeterminação cultural dos povos indígenas e afrodescendentes e o respeito à multinacionalidade. Nossa estratégia de desenvolvimento deve promover a promulgação de leis e a geração de políticas que favoreçam o respeito à plurinacionalidade, à diversidade cultural e à interculturalidade em condições justas e de respeito mútuo, especialmente com suas línguas, línguas e dialetos e seus territórios de origem. Para isso, promoverá a educação intercultural em todos os níveis”¹⁶

estão dando um passo à frente para enfrentar essas circunstâncias, o mais importante é que as pessoas entendam que haverá uma sociedade igualitária quando os negros forem incluídos no trabalho de forma não precária.

A população negra está localizada em sítios onde o acesso à saúde e educação é historicamente precário. Não se pode construir outra sociedade sem luta contra o racismo em aliança com os movimentos de luta social e política.

A luta pela igualdade social é fundamental para toda a sociedade. Todas as comunidades devem trabalhar na mesma direção. Trata-se de criar governos inclusivos para que haja acesso aos direitos e estejam disponíveis para todos. Em muitas comunidades periféricas vivem basicamente pessoas de cor e onde faltam serviços, deve-se exigir que haja as mesmas vantagens de uma sociedade e que a população negra não continue a ser marginalizada e tratada como de segunda classe.



Muito precisa ser aprendido com as estruturas já criadas no Brasil. Os brancos devem entender que quem criou o racismo foi eles, e que são eles que têm que eliminá-lo, é sua responsabilidade histórica, e não deixar esse trabalho para as vítimas.

16. Ibid.

Recomendações e elementos de debate

A avaliação é que a oficina entregou análises e debates que, sem dúvida, nutrirão a ação da CSA no futuro, em particular no avanço da luta pela justiça racial. O CSA vê a importância de aumentar a luta por justiça e a construção de políticas que visem a igualdade racial. A pandemia mostrou como os impactos são sempre diferenciados e com as piores consequências para as populações afrodescendentes e indígenas.

As seguintes recomendações e elementos de discussão surgiram durante a oficina:

- ▶ O movimento sindical deve promover o respeito às comunidades afrodescendentes e contribuir significativamente para o desenvolvimento econômico e cultural da população marginalizada.
- ▶ A CSA deve continuar e fortalecer seus esforços para implementar políticas que abordem o tema do emprego, educação, saúde e para evitar a precariedade do trabalho nas comunidades negras.
- ▶ É prioritária a construção de políticas públicas para que a população negra se insira no mercado de trabalho de forma igualitária, e que essas políticas incluam cláusulas específicas de garantia dos direitos dos trabalhadores negros.
- ▶ Deve ser considerada a possibilidade de criar e lançar uma campanha de desnaturalização do racismo.
- ▶ Deve priorizar o trabalho com os brancos visando a melhoria do padrão de vida de todos, independentemente da nacionalidade, cor e orientação sexual.
- ▶ É necessário continuar apoiando o movimento pela igualdade racial globalmente.
- ▶ A relação entre a questão ambiental e o racismo deve ser considerada e aprofundada, uma vez que a população trabalhadora negra e indígena também é afetada pelo racismo ambiental, ao mesmo tempo que sofre expropriação de terras e perda dos meios de subsistência dos simples fato de sua cor de pele ou de suas raízes culturais.
- ▶ Ações devem ser tomadas contra o racismo contra os negros, e também contra os indígenas, que sofrem exclusão social por discriminação racial, e que tem a ver com a cor da pele, contra a qual deve haver uma ação sindical.
- ▶ O movimento sindical não é feito apenas por trabalhadores brancos, foi construído pelo trabalho escravo que depois se dirigiu para os marginalizados. Juntas, as centrais devem colocar a luta anti-racista no centro de suas agendas.
- ▶ O movimento sindical deve construir políticas e ações antirracistas para concretizarmos a utopia social do sindicalismo.



▶ A política deve ser transformada para refletir o apoio aos trabalhadores perseguidos pelo racismo. Esses trabalhadores devem estar sindicalizados para enfrentar a precariedade.

▶ A OIT já trabalha a questão da desigualdade e da violência contra as mulheres, mas é preciso defender que o combate à desigualdade racial também seja integrado.

▶ As crianças e os jovens devem ser ensinados a amar uns aos outros porque a sociedade manda mensagens dizendo que são inferiores por causa da cor

da pele. Essa discussão deve ser levada a um nível global. As doenças cardíacas e esses aspectos de saúde são o resultado do estresse gerado pela discriminação. O movimento sindical tem o dever de enfrentar essas situações relacionadas à saúde física e mental da população marginalizada.

▶ A CSA deve continuar denunciando as brutais situações de racismo na região. Informar a população e reforçar o conhecimento dos trabalhadores.



www.csa-csi.org
twitter.com/csa_tuca
www.facebook.com/csa.tuca